

Editorial N° 02/2024

Recuperar a ciência como um bem público: novos caminhos para as políticas editoriais

Beatriz Milz ^I

Igor Matheus Santana-Chaves ^{II}

Pedro Roberto Jacobi ^{III}

Julia Silvia Guivant ^{IV}

São Paulo. Vol. 27, 2024

Editorial

^I Universidade Federal do ABC,
São Bernardo do Campo, São
Paulo, Brasil.

^{II} Universidade Federal do ABC,
São Bernardo do Campo, São
Paulo, Brasil. Faculdade de Ar-
quitetura da Universidade de
Lisboa, Lisboa, Portugal

^{III} Universidade de São Paulo, São
Paulo, São Paulo, Brasil.

^{IV} Universidade Federal de Santa
Catarina, Florianópolis, Santa
Catarina, Brasil.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoceditorialPT2024L3ED>



Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons.

A frase que dá nome a este editorial foi proferida pelo professor Antonio Páez, da Escola da Terra, Ambiente e Sociedade da Universidade de McMaster, em Hamilton, Canadá. Ele a mencionou durante sua palestra intitulada “Open Science” na Universidade Federal do ABC, enquanto professor convidado neste semestre de 2024. Nesta palestra, o professor compartilhou seus conhecimentos sobre o tema, alinhando-se à posição do Conselho de Ciência Internacional exposto no “Science as a Global Public Good”, de novembro de 2021. O evento permitiu a uma nova gama de estudantes a aproximação sobre processos científicos atuais, que vão além do senso comum da publicação e acesso aberto de artigos.

Conforme explicado pelo professor Páez, o conceito de ciência aberta tem ganhado destaque nos últimos anos, refletindo uma evolução progressiva que busca tornar a pesquisa científica e sua disseminação acessíveis a todos os níveis da sociedade. Esta abordagem faz parte da co-criação de conhecimento para o bem público. Recentemente, com o impacto da pandemia de COVID-19, o movimento de ciência aberta foi exemplificado de forma poderosa pela resposta global, onde cientistas compartilharam dados e ideias com uma abertura sem precedentes. Este comportamento atravessou a interface público-privada e expôs processos que inibem a eficácia da ciência em contribuir para o bem público global (Boulton, 2021).

Em consonância com a importância da ciência aberta, a UNESCO (2021) define-a como um conjunto de práticas que visa tornar o conhecimento científico acessível a todos, independentemente de suas origens ou recursos:

A ciência aberta é definida como um construto inclusivo que combina vários movimentos e práticas que têm o objetivo de disponibilizar abertamente conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível e reutilizável para todos, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional. Abrange todas as disciplinas científicas e todos os aspectos das práticas acadêmicas, incluindo ciências básicas e aplicadas, ciências naturais, sociais e humanas, e se baseia nos seguintes pilares-chave: conhecimento científico aberto, infraestrutura científica aberta, comunicação científica, envolvimento aberto dos atores sociais e diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento (UNESCO, 2021, p. 7).

A adoção unânime da Recomendação sobre Ciência Aberta pelos 193 Estados Membros da UNESCO em novembro de 2021 representa um passo significativo em direção a essa agenda, promovendo uma nova era de governança científica voltada para o serviço do bem público global. Em resumo, a ciência aberta pode ser vista como um conjunto de princípios e práticas que visam tornar a pesquisa científica acessível a todos, beneficiando tanto os cientistas quanto a sociedade como um todo (UNESCO, 2023).

Seguindo esse entendimento, o *Center for Open Science* (COS) apresenta princípios com o objetivo de “democratizar o acesso à pesquisa, promover a distribuição equitativa de recursos, fomentar a responsabilidade e a confiabilidade, acelerar a autocorreção e melhorar o rigor e a reprodutibilidade”. Alguns desses princípios incluem: acesso aberto (*Open Access*); dados, protocolos, materiais e código aberto (*Open Data, Protocols, Materials, and Code*); e avaliação e revisão por pares aberta (*Open Evaluation and Peer Review*), entre outros (Center for Open Science, [s.d.]).

Nesse contexto, a Scientific Electronic Library Online (SciELO) se destaca como uma iniciativa alinhada com os princípios da ciência aberta. Oferecendo acesso livre a uma vasta coleção de periódicos científicos da América Latina, a SciELO proporciona uma plataforma democrática para a disseminação do conhecimento científico. Os periódicos e revistas científicas desempenham um papel crucial na promoção de boas práticas editoriais, ampliando o alcance da ciência e incentivando a transparência e a colaboração entre pesquisadores.

A Ambiente & Sociedade, como parte integrante da Coleção SciELO Brasil, tem um papel essencial na divulgação de pesquisas interdisciplinares que abordam a interação entre sociedade e meio ambiente. Nossa política editorial promove o acesso aberto (*Open Access*), contribuindo significativamente para a adoção de melhores práticas entre autores e autoras da área. Ao seguir os critérios estabelecidos pela SciELO, garantimos a qualidade e a relevância das pesquisas publicadas, além de fortalecer nossa missão de tornar o conhecimento científico acessível a todos. Neste sentido, a adesão aos critérios descritos no documento “Critérios SciELO Brasil: critérios, políticas e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil” (SciELO, 2022) reforça nosso compromisso com a excelência e a transparência na comunicação científica. Esse compromisso é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e promover um desenvolvimento sustentável que beneficie a sociedade como um todo¹.

Os esforços para a adequação às práticas de ciência aberta envolvem diversas medidas e ações. As atualizações presentes na política editorial de Ambiente & Sociedade estão descritas na página do periódico na SciELO². Recomendamos fortemente a leitura atenta das instruções aos autores antes da submissão. Dentre as principais atualizações, destaca-se:

- **Conformidade com a Ciência Aberta:** os(as) autores(as) deverão enviar junto à submissão o “Formulário sobre conformidade com a Ciência Aberta e Ética na Pesquisa”. Este formulário está disponível na página de instrução aos autores, e contém perguntas sobre: submissão de preprints, divulgação de materiais e dados, ética na pesquisa, participação da autoria no trabalho, fontes de financiamento, conflitos de interesse, e ineditismo de material.
- **Ética em pesquisa:** recomendamos que os(as) autores(as) leiam e sigam o

1 - Outros periódicos da coleção SciELO também estão se adaptando a essas mudanças, adotando políticas de acesso aberto e incentivando a publicação de dados de pesquisa, como a Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil (RBSMI), Educação & Sociedade, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU), dentre outras.

2 - Acesso em: <https://www.scielo.br/journal/asoc/about/#instructions>

“Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica” (SciELO, 2018a), e o “Guidelines on Good Publication Practice” (COPE, 1999) onde são apresentados os princípios de ética de publicação estabelecidos pelo Committee on Publication Ethics (COPE).

- **Dados abertos:** incentivamos que os(as) autores(as) compartilhem os conjuntos de dados de análise, instrumentos, scripts de análise estatística, roteiros e materiais adicionais, em repositórios de dados apropriados, como o SciELO Data (<https://data.scielo.org/>), Zenodo (<https://zenodo.org/>), ou GitHub (<https://github.com/>). Recomendamos a leitura do “Guia para promoção da abertura, transparência e reprodutibilidade das pesquisas publicadas pelos periódicos SciELO” (SciELO, 2018b).

Esperamos que essas ações não apenas aumentem a visibilidade e o impacto das pesquisas publicadas, mas também incentivem outros periódicos a seguir o mesmo caminho. Além disso, neste editorial, compartilhamos com as leitoras e os leitores da *Ambiente & Sociedade* mudanças na equipe editorial da revista.

Mudança na Chefia Editorial

Ambiente & Sociedade, vinculada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), iniciou suas atividades em 1997. Desde então, o Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi tem sido o Editor-Chefe do periódico, trabalhando em parceria com Lucia Ferreira (NEPAM/UNICAMP) e Hector Leis (UFSC). Em 2011, o professor Jacobi assumiu a liderança editorial da revista e, sob sua coordenação, o periódico alcançou reconhecimento nacional e internacional, tornando-se uma referência nas discussões ambientais e interdisciplinares, mesmo diante de diversas dificuldades enfrentadas.

Neste ano de 2024, anunciamos que a revista será liderada a quatro mãos, com a inclusão da Dra. Julia Silvia Guivant. Ela, que já foi presidente da ANPPAS, é professora titular aposentada do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atualmente atua como docente permanente nos programas de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política e no programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Com uma trajetória acadêmica notável e vasta experiência em sociologia ambiental, a professora contribuirá significativamente para enfrentar os desafios de tornar a revista cada vez mais alinhada com as transformações do mundo editorial. Essas transformações incluem avanços na tecnologia, como a inteligência artificial, e as premissas da garantia de acesso aberto a todos e todas.

A sua incorporação também se alinha à vontade de ampliar a representação em cargos de liderança, promovendo a diversidade de gênero em posições de destaque. Ações desse tipo enriquecem o debate científico e contribuem para uma abordagem mais abrangente e justa na produção e disseminação do conhecimento. Além disso, são essenciais para inspirar futuras gerações de pesquisadoras, reforçando a importância da igualdade de oportunidades no campo acadêmico. Estamos confiantes de que essa parceria trará

novas perspectivas e fortalecerá ainda mais a *Ambiente & Sociedade*.

Por fim, convidamos todas e todos para ler e explorar os recentes artigos que compõem o Volume 2024.

No artigo **“A Institucionalidade da Justiça Ambiental em Projeto de REDD+ Offset”**, os autores *Karla Sessin-Dilascio, Charles Borges Rossi e Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli* analisam a implementação do padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade da Verra em um projeto de REDD+ *offset* na Amazônia brasileira e seus resultados em termos de justiça ambiental. Utilizando o *Institutional Analysis and Development Framework*, a pesquisa identifica interações entre arenas e regras formais e informais nos resultados da justiça ambiental. Os resultados destacam a importância da arena operacional e do trabalho institucional dos atores locais nos resultados dos projetos de REDD+ *offset* quanto aos aspectos de justiça ambiental (Sessin-Dilascio; Rossi; Sinisgalli, 2024).

No artigo **“A fronteira do carvão: siderurgia e floresta em Minas Gerais (Brasil) no século XX”**, os autores *Lenício Dutra Marinho Júnior, Haruf Salmen Espindola e Eunice Sueli Nodari* investigam a relação entre grandes siderúrgicas e a devastação da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce. Utilizando relatórios técnicos, estatísticas oficiais e outras fontes, o estudo destaca a empresa Belgo-Mineira para mensurar os impactos da indústria siderúrgica a carvão vegetal sobre a floresta (Marinho Júnior; Espindola; Nodari, 2024).

No artigo **“Política Nacional de Resíduos Sólidos: Analisando os Direitos Coletivos e Difusos dos Catadores de Materiais Recicláveis”**, os autores *Marcos Aurélio Pereira Valadão e Rônei Alves da Silva* analisam a eficácia da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) em assegurar os direitos dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. Utilizando métodos hipotético-dedutivos e uma abordagem qualitativa, o estudo foca em ações civis públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Os autores concluem que a omissão governamental exige a contínua atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública para garantir os direitos desses trabalhadores e promover a sustentabilidade ambiental (Valadão; Silva, 2024).

No estudo **“A política de turismo considera o clima? Explorando as narrativas sobre a estação chuvosa na zona costeira de Alagoas, Brasil”**, os autores *Briana Bombana, Ivan Machado Martins, Juliana de Carvalho Gaeta, Marcos Paulo Santos Pereira, Iran Campello Normande e Aline da Silva Cerqueira* exploram como a estação chuvosa é considerada na política de turismo de Alagoas, considerando o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico de Alagoas 2013-2023. Os autores tecem quatro recomendações principais: 1) Reconhecer a estação chuvosa para promover a diversificação do turismo nas diferentes estações e regiões; 2) Aumentar a capacidade de adaptação no cenário de mudanças climáticas; 3) Reconhecer e diversificar as atividades econômicas além do turismo; e 4) Integrar outras políticas públicas à política de turismo (Bombana, *et al.*, 2024).

O artigo **“Água subterrânea em contexto de escassez hídrica na bacia hidrográfica do Rio São Francisco (MG)”**, por *Jeane Dantas de Carvalho, Marília Carvalho de Melo, Paulo Galvão, Wezer Lismar Miranda e Breno Esteves Lasmar*, avalia a correlação entre o aumento de requerimentos de outorgas de uso de água subterrânea e períodos de anomalias negativas de precipitação na bacia do Rio São Francisco, Minas Gerais, entre 2009

e 2018. Utilizando dados de outorgas e precipitação, os autores identificam uma relação direta entre escassez hídrica e aumento de requerimentos para o uso de águas subterrâneas, principalmente entre os anos de 2014 e 2018 (Carvalho, *et al.*, 2024).

No artigo **“Maslow e o Meio Ambiente: Integrando Representação Social e Teoria das Necessidades e Motivações”**, Anna Karolína Osório Pimentel, Luciana Aparecida Farias, Cristina Rossi Nakayama, Claudio Benedito Baptista Leite, Carla Grigoletto Duarte e Luiz Omir de Cerqueira Leite investigam a relação entre a teoria das necessidades de Maslow e as representações sociais do meio ambiente. Utilizando o Teste de Perfil de Motivação Ambiental em 134 participantes, os resultados indicam uma correlação significativa entre o estágio de autorrealização e uma representação globalizante do meio ambiente (Pimentel, *et al.*, 2024).

Os autores Patrícia Marques Santos, Claudio Belmonte de Athayde Bohrer, e Marcelo Trindade Nascimento, em seu artigo **“Impactos das mudanças de uso e cobertura da terra em fitofisionomias da Mata Atlântica”**, avaliam a paisagem das regiões Norte e Noroeste fluminense, determinando mudanças na cobertura florestal por fitofisionomia utilizando a coleção 6 do MapBiomas (1985-2020). Entre 1985 e 2020, observaram uma redução nas perdas de cobertura florestal, mascaradas por ganhos de vegetação secundária. A agropecuária foi o principal fator de perda de vegetação, resultando em atualmente ter menos de 8% da vegetação protegida (Santos; Bohrer; Nascimento, 2024).

No artigo **“Definição de Indicadores de Sustentabilidade Aplicáveis a Unidades Educacionais”**, Barbara Silva e Souza, Ricardo Gabbay de Souza, Arthur Bispo Ferreira e Fabiana Alves Fiore propõem indicadores de sustentabilidade para escolas no Brasil. A pesquisa quanti-qualitativa adaptou ferramentas de sustentabilidade existentes, validadas por especialistas em sustentabilidade e educação. O modelo resultante, estruturado em gestão, estrutura física e educação para a sustentabilidade, pode subsidiar a criação de instrumentos de certificação ambiental, garantindo a qualidade da educação sustentável no ensino formal (Souza, *et al.*, 2024).

No artigo **“Qualidade de Vida dos Produtores de Soja Orgânica e Convencional”**, Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Ana Cecília Kreter e Valdir Antonio Galante examinam a qualidade de vida dos produtores de soja no Brasil, comparando os impactos da produção orgânica e convencional. A pesquisa, utilizando modelos estatísticos, conclui que os produtores orgânicos têm menos sintomas associados à exposição a agrotóxicos e mais chances de relatar satisfação com a vida, indicando que a produção orgânica contribui para a melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade rural (Staduto; Kreter; Galante, 2024).

No artigo **“Segurança Alimentar e Planejamento Urbano Sustentável para Cidades Resilientes e Saudáveis: Um Estudo de Casos Múltiplos”**, Debora Sotto e Arlindo Philippi Jr. investigam a coordenação das políticas públicas de resiliência urbana e segurança alimentar em dez cidades brasileiras. A análise qualitativa, revelou uma grande variação nas ações de políticas públicas, apontando para oportunidades de futuras investigações e aprimoramentos de políticas públicas (Sotto; Philippi Jr., 2024).

Desejamos uma ótima leitura a todos e todas!

Referências

BOMBANA, B. *et al.* Does tourism policy consider climate? Exploring rainy season narratives on the Alagoas coast, Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00108, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0108r1vu27L2OA> . Acesso em: 08 jul. 2024.

BOULTON, G.S. Science as a Global Public Good. International Science Council Position Paper. 2021. Disponível em: https://council.science/wp-content/uploads/2020/06/Science-as-a-global-public-good_v041021.pdf

CARVALHO, J. D. *et al.* Groundwater in water scarcity context in the São Francisco River Basin (MG). **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00177, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0177r5vu27L2OA> . Acesso em: 08 jul. 2024.

COPE. **Guidelines on Good Publication Practice**. 1999. Disponível em: <https://publicationethics.org/files/u7141/1999pdf13.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2024.

CENTER FOR OPEN SCIENCE. **Open Science**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cos.io/open-science>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MARINHO JÚNIOR, L. D.; ESPINDOLA, H. S.; NODARI, E. S.. A charcoal frontier: the steel industry and forest in twentieth-century Minas Gerais (Brazil). **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00033, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0033r1vu27L2OA> . Acesso em: 08 jul. 2024.

PIMENTEL, A. K. O. *et al.* Maslow and the Environment: Integrating the Social Representation and the Theory of Needs. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00147, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0147r1vu27L2OA> . Acesso em: 08 jul. 2024.

SANTOS, P. M.; BOHRER, C. B. DE A.; NASCIMENTO, M. T. Impacts of land use and land cover changes in phytophysognomies in the atlantic forest. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e01701, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0170r1vu27L1OA> . Acesso em: 08 jul. 2024.

SciELO. **Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica**. 2018a. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Fortalecimento-da-Etica-na-Publicacao-Cientifica.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2024.

SciELO. **Guia para promoção da abertura, transparência e reprodutibilidade das pesquisas publicadas pelos periódicos SciELO**. 2018b. Disponível em: https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_TOP_pt.pdf. Acesso em: 4 mai. 2024.

SciELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20220900-criterios-scielo-brasil.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2024.

SESSIN-DILASCIO, K.; ROSSI, C. B.; SINISGALLI, P. A. DE A.. The Institutionality of Environmental Justice in a REDD+ Offset Project. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00188,

2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0188r3vu27L2OA> . Acesso em 08 jul. 2024.

SOTTO, D.; PHILIPPI JR., A.. Food security and sustainable urban planning for resilient and healthy cities: a multiple case study. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00125, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0125r1vu27L2OA> . Acesso em 08 jul. 2024.

SOUZA, B. S. E . *et al.* Definition of Sustainability Indicators Applicable to Educational Units. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00214, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0214r1vu27L2OA> . Acesso em 08 jul. 2024.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C.; GALANTE, V. A.. Quality of life of organic and conventional soybean farmers. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00050, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0050r2vu27L2OA> . Acesso em 08 jul. 2024.

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>. Acesso em: 4 jul. 2024.

UNESCO. **About Open Science**. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/open-science/about?hub=686>. Acesso em: 4 jul. 2024.

VALADÃO, M. A. P.; SILVA, R. A. National Solid Waste Policy: Analyzing the Collective and Diffuse Rights of Recyclable Materials Collectors. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. e00111, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0111vu27L2OA> . Acesso em 08 jul. 2024.

Beatriz Milz

2024;27:e00003

✉ milz.bea@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3064-4486>

Igor Matheus Santana Chaves

✉ igor.chaves@ufabc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3833-9301>

Pedro Roberto Jacobi

✉ prjacobi@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6143-3019>

Julia Silvia Guivant

✉ juliaguivant@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6201-887X>